

ATA DE REUNIÃO

Data: 10 de novembro de 2015.
Horário: 16:00 horas
Local: Prefeitura Municipal de Jundiaí, Paço Municipal, Auditório do 8º Andar

1- OBJETIVOS DA REUNIÃO

Reunião Ordinária

2- PAUTA DA REUNIÃO

- 01- Análise e deliberação sobre a Ata da Reunião Ordinária de 20/10/2015;
- 02- Análise e deliberação sobre as justificativas de faltas, apresentadas pelos membros do Conselho, que faltaram à reunião ordinária de 20/10/2015, de acordo com o § 3º, do art. 13, do Regimento Interno do Conselho Municipal do Plano Diretor de Jundiaí;
- 03- Deliberação sobre o Loteamento Campo Verde a ser implantado em Jarinu, atendendo ao ofício SMPMA/GS nº 169/2015 (o referido documento, com anexos, já foi encaminhado aos conselheiros)
- 04- Considerações sobre o Plano Diretor Participativo, bem como sobre encaminhamentos a serem propostos pelos Conselheiros a respeito do referido plano;
- 05- Análise e deliberação de outros assuntos apresentados pela Presidência, pelas entidades ou representantes do Poder Público, sendo estas últimas, encaminhadas nos termos do art. 16, do Regimento Interno deste Conselho.

3- PONTOS DA PAUTA EFETIVAMENTE DISCUTIDOS

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, no Auditório do 8º Andar, do Paço Municipal, da Prefeitura Municipal de Jundiaí, sito à Avenida da Liberdade, s/n, Jardim Botânico, Jundiaí, SP, às 16:00 horas, em primeira chamada, foram abertos os trabalhos, do Conselho Municipal do Plano Diretor de Jundiaí, em Reunião Ordinária, pelo Sr. Vice-Presidente do Conselho Nivaldo José Callegari, que presidiu os trabalhos. Nessa reunião houve o comparecimento dos conselheiros titulares e suplentes, que assinaram a lista de presença, em documento próprio. Abrindo os trabalhos o Sr. Vice-Presidente passou para o primeiro item da pauta que tratou da Análise e deliberação sobre a Ata da Reunião Ordinária de 20/10/2015, que foi aprovada por unanimidade dos presentes. No segundo item da pauta, que tratou da "Análise e deliberação sobre as justificativas de faltas, apresentadas pelos membros do Conselho, que faltaram à reunião ordinária de 20/10/2015, de acordo com o § 3º, do art. 13, do Regimento Interno do Conselho Municipal do Plano Diretor de Jundiaí, foi apresentada a justificativa de falta do conselheiro Vanderlei Negro, representante da ABECA, que não pode comparecer por falta de condução, do conselheiro Antonio Roberto Loschi, representante do Sindicato Rural de Jundiaí, que não pode comparecer pois fora convocado para uma audiência em São Paulo, na Assembleia Legislativa tendo como assunto tratado a possível venda do Centro de Mecanização IAC por parte do Estado, e do conselheiro Luciano Libanio de Alcantara, representante da Associação Moradores do Jardim das Colinas, que não pode comparecer por motivo de trabalho, colocada em votação, a plenária as aprovou sem ressalvas as justificativas, por unanimidade. Posteriormente, passou para o terceiro item da pauta, "deliberação sobre o Loteamento Campo Verde a ser implantado em Jarinu, atendendo ao ofício SMPMA/GS nº 169/2015 (o referido documento, com anexos, já foi encaminhado aos conselheiros)". Primeiramente houve considerações pela plenária a respeito da audiência pública que fora realizada no município de Jarinu, no dia cinco de outubro, para tratar do referido assunto, sendo colocado que o empreendimento ainda estava sob análise da CETESB de São Paulo, em razão do porte do empreendimento, que a Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, e o CONDEMA, solicitaram uma nova Audiência Pública, e que esta

Elevado pela Lei 7.857 de 2012, Lei 7.370 de 18 de novembro de 2009
Nomeada pela Portaria n.º 28 de 03.02.12014 (I.O.M.J. 5.2.2014)

fosse realizada em Jundiaí, que a maioria dos que compareceram à reunião eram contrários ao empreendimento, e também, que a maioria dos presentes eram de Jundiaí. Após estas considerações o Sr. Vice-presidente colocou para plenária a necessidade da constituição de uma Câmara-técnica para analisar o assunto e emitir parecer, sendo que a plenária aceitou por unanimidade, e já foram escolhidos os integrantes da referida Câmara Técnica, que será assim constituída, Aray Jorge Martinho, representante da DAE S/A, Fernando Baradel, representante da Secretaria Municipal de Obras, Nivaldo José Callegari, representante da PROEMPI e Mariângela Mazzola Mendes, representante do IAB, sendo que a primeira reunião seria às 15:00 horas, do dia treze de novembro de 2015, no Rua Dom Amaury Castanho, 150, Jardim Paulista, Jundiaí, SP. Em seguida passou para o quarto item da pauta "considerações sobre o Plano Diretor Participativo, bem como sobre encaminhamentos a serem propostos pelos Conselheiros a respeito do referido plano", sendo sugerido pelo Sr. Vice-presidente que se constituísse uma Câmara-técnica, para fazer os questionamentos e as considerações, a fim de que fosse emitido um documento pelo conselho. Um dos pontos levantados pelo Sr. Vice-presidente, sendo que muitos se manifestaram concordando, foi o fato de uma parte dos delegados do Plano Diretor Participativo estarem reunidos em uma sala e a outra parte em outra, e embora os temas a serem discutidos fossem os mesmos, seria melhor se todos estivessem reunidos na mesma sala para que todos pudessem compartilhar com a contribuição de cada um dos delegados que se manifestaram nas oficinas realizadas. A Daniela Colagrossi colocou que a elaboração do Plano Diretor Participativo estava na fase de propostas, depois passaria para a fase de contraproposta e depois formação de consenso, e o que não houvesse consenso seria votado; e quanto às propostas apresentadas nas oficinas estava sendo estudada a melhor forma de dar publicidade às estas, além disso, à medida que forem fechadas novas etapas ou produtos, seria dada publicidade. O Nivaldo Callegari destacou que na sua opinião era contra a colocação de indústrias ao longo da Rodovia Bandeirantes e Anhanguera, pois haveriam residências próximas às indústrias e poderia gerar problemas futuros. Também, destacou que na zona industrial foi colocada a possibilidade de residências, o que pode prejudicar a expansão das indústrias no local. O Aray Marinho e a Daniela Colagrossi destacaram que a opinião de um seria confrontada com a opinião de outro em busca de um consenso. O mesmo ressaltou Luciano Libanio. A Daniela Colagrossi destacou que ainda não terminou a fase de propostas e que após terminada a fase de propostas seria elaborado um documento e que provavelmente haveria nova etapa de formulação de propostas. Nivaldo destacou que o gabarito esta errado uma vez que em quase toda a cidade haveria prédios de até quatro andares, que inviabilizaria economicamente as construções, e também, por outro lado estaria havendo uma grande liberação o que atrairia um grande contingente populacional, e que em pouco tempo, o que seria previsto em vinte anos poderia ser preenchido com menos dez anos. Haveria uma densidade populacional ao extremo. A Daniela Colagrossi destacou que uma equipe de técnicos ainda estaria analisando os gabaritos e que uma nova reunião estaria sendo programada. Luciano Libânio foi a favor da liberação acreditando que não haveria um aumento da densidade. Antonio Loschi destacou a questão do abastecimento. O Marco de Oliveira destacou que a tabela de usos ainda está sendo formulada, e que deveria aguardar a nova tabela tabela. O Conselho ouvido a todos que se manifestaram, inclusive os que foram citados, entendeu que não deveria haver uma proposta do Conselho Municipal do Plano Diretor, uma vez que muitas questões ainda não estavam fechadas. Luciano Libânio destacou que na sala da oficina da qual fez parte, os membros foram contra que as entidades de representação profissional fizessem parte do Conselho Municipal do Plano Diretor e que deveria haver somente representantes de bairros. Já em outra sala, Luiz Dias da Silveira Junior destacou que os presentes entenderam que deveria manter o atual Conselho, que seria mais técnico, e que o novo Conselho seria mais estratégico, e neste haveria uma cadeira para o Conselho Municipal do Pano Diretor. Norival Freitas entendeu que poderia aproveitar o tempo que teriam para continuar o debate sobre o Plano Diretor participativo. Nivaldo Callegari destacou a necessidade de já oficial a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, a fim de que não houvesse um vácuo entre o atual mandato e o novo mandato do Conselho Municipal do Plano Diretor. Norival Matias, destacou que entende que é justo que em um lugar com mais infraestrutura possa receber um maior índice construtivo. A Mariângela destacou que a cidade precisaria ser melhor estudada e que não seria simples assim. Natanael destacou que os metalúrgicos e empregadas domésticas estão morando em cidades circunvizinhas necessitando do transporte público para vir para Jundiaí trabalhar e realizar compras. Mariângela colocou que o problema de transporte teria que ser visto por outro ângulo, o que seria importante é que houvesse transporte público de qualidade, e que muitas vezes a população prefere morar em determinados lugares independente da distância. Nivaldo Callegari destacou que quando foi feita

Elevado pela Lei 7.857 de 2012, Lei 7.370 de 18 de novembro de 2009
Nomeada pela Portaria n.º 28 de 03.02.2014 (I.O.M.J. 5.2.2014)

a Avenida dos Ferroviários, ou urbanistas da cidade planejaram um metrô de superfície ligando Várzea Paulista a Itupeva, porém este projeto não foi avante uma vez que está se privilegiando mais o uso de carros. E isto faz com que sejam feitas mais rodovias às ferrovias. Mariângela destacou que Várzea não tem um centro comercial, e que havia um projeto para que houvesse isso, porém ainda não foi adiante, por isto os moradores de Várzea vem para Jundiaí, entendendo que o ideal seria que eles tivessem condições de consumir ali onde moram. Mariângela destacou que o Prefeito de Jarinu na reunião que tratou do Loteamento Campo Verde, disse que entendia que a cidade de Jarinu era uma prima pobre de Jundiaí, e Nivaldo destacou que Louveira é uma cidade riquíssima, e também, não há um grande centro. Foi destacada a importância da elaboração do Plano Diretor participativo, onde todos delegados puderam participar democraticamente. Nivaldo destacou os problemas da formação de guetos, originados pelo fechamento de alguns bairros, tais como Jardim Brasil e Jardim Ana Maria. Mariângela como urbanista não gosta de condomínios e loteamentos fechados, e que o Jardim Brasil distanciou do plano original onde apenas procurava a redução da velocidade. A Daniela Colagrossi colocou que no Jardim Brasil é diferente, porém, outros destacaram que é praticamente igual, pois algumas ruas são fechadas. Nada mais sendo tratado, pelo Vice-Presidente do Conselho, Nivaldo José Callegari, foi encerrada a reunião e o Secretário do Conselho, Luiz Dias da Silveira Junior, lavrou a presente Ata. Jundiaí, 10 de novembro de 2015.



NIVALDO JOSÉ CALLEGARI

Vice-Presidente do Conselho Municipal do Plano Diretor de Jundiaí



LUIZ DIAS DA SILVEIRA JUNIOR

Secretário do Conselho Municipal do Plano Diretor de Jundiaí